



Publicações do PCT Brasil-Alemanha

Desenvolvimento de Capacidades para a
Gestão Ambiental na Amazônia



Presidência da República

Dilma Rousseff

Governo do Acre

Tião Viana

Ministério do Meio Ambiente

Izabella Teixeira

Governo do Amazonas

José Melo De Oliveira

Ministério do Desenvolvimento Agrário

Patrus Ananias

Governo do Pará

Simão Jatene

EDIÇÃO

Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH, Programa para a Proteção e Gestão Sustentável das Florestas Tropicais

Todos os direitos reservados © 2015 MMA/GIZ

É proibida a reprodução de partes ou da totalidade desta obra sem a autorização expressa dos editores: MMA e GIZ.

Ministério do Meio Ambiente

Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental – SMCQ/MMA

Carlos Klink

Secretário

SEPN 505, Bloco B, Lote 2, Ed. Marie Prendi Cruz, 2º andar, Sala nº 202 – Brasília/DF

CEP: 70.730-542

Departamento de Políticas para o Combate ao Desmatamento

Francisco Oliveira

Diretor

Secretaria de Meio Ambiente do Acre

Carlos Edegard de Deus

Secretário

Secretaria de Meio Ambiente do Amazonas

Antônio Ademir Stroski

Secretário

Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará

Luiz Fernandes Rocha

Secretário

Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

Programa de Proteção e Gestão Sustentável das Florestas Tropicais

SCN Quadra 1, Bloco C, Edifício Brasília Trade Center, Sala nº 504 – Brasília/DF

CEP: 70.711-902

Ingrid Prem

Diretora

Roberto Duarte

Coordenador

Coordenação editorial: Carla Leal e Roberto Duarte

Consultores: Marco Gonçalves e Monika Röper

Projeto gráfico e capa: Karoliny Gomes / Masanori Ohashy - Idade da Pedra

Fotos: Diferentes/GIZ

Equipe Editorial: Carla Leal (MMA), Heliandro Maia (GIZ), Michaela Misske (GIZ) e Sarah Kovac (GIZ)



Projeto de Cooperação Técnica Brasil-Alemanha

Prefácio

Este catálogo contém as publicações realizadas no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica “Desenvolvimento de Capacidades para a Gestão Ambiental na Amazônia” (PCT Amazônia), estabelecido entre o Brasil e a Alemanha, no período de 2011 a 2014.

O Projeto gerou 33 publicações seguindo as linhas temáticas do PCT, a saber:
i) Gestão de Áreas Protegidas; ii) Gestão Florestal; iii) Prevenção e Controle do Desmatamento; iv) Ordenamento Territorial; e v) Desenvolvimento da Economia Local e Regional.

Introdução

Alemanha e Brasil cultivam uma parceria estratégica com o objetivo primordial de desenvolver conjuntamente respostas a questões globais relevantes para o futuro, indo, assim, muito além das relações bilaterais.

No âmbito da agenda global, proteção da biodiversidade e mudança do clima são temas nos quais Brasil e Alemanha têm compartilhado esforços persistentes. Com a implementação do programa multilateral PPG7, para o qual a Alemanha contribuiu de forma significativa, desenvolveu-se uma estreita parceria entre os dois países para lidar conjuntamente com os desafios da prevenção e do controle do desmatamento da floresta amazônica.

A cooperação técnica entre os dois países está sendo implementada, do lado alemão, pela *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH* (GIZ), e a parte financeira, pela *Kreditanstalt für Wiederaufbau* (KfW), ambos por encargo do Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvi-

mento (BMZ) e mais recentemente também pelo Ministério Federal do Meio Ambiente, Conservação da Natureza, Construção e Segurança Nuclear (BMUB). Essa cooperação tem como foco de atuação temas associados à proteção, à recuperação e ao uso sustentável da biodiversidade bem como à mitigação e adaptação à mudança do clima.

Em sua primeira fase, realizada entre 2007 e 2010, a Cooperação Brasil-Alemanha, na área prioritária Proteção e Gestão Sustentável das Florestas Tropicais, colaborou com o governo brasileiro na formulação e na consolidação de planos e políticas estruturantes para a Amazônia, por meio de uma atuação articulada entre a cooperação técnica e financeira, por iniciativa do BMZ. Uma das iniciativas brasileiras mais importantes apoiadas nesse período foi o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), uma política pública que já completou dez anos de existência e que tem viabilizado um amplo leque de medidas, realizadas de forma integrada. O Plano tem como principal resultado as expressivas reduções nas taxas anuais de desmatamento registradas, que colocaram o Brasil como líder na contribuição para a mitigação da mudança climática.

Na segunda fase do Programa Florestas Tropicais, implementada entre 2011 e 2014, situa-se o Projeto de Cooperação Técnica Desenvolvimento de Capacidades para a Gestão Ambiental na Amazônia (PCT Amazônia), coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, do lado brasileiro, com vistas a fortalecer a capacidade das instituições governamentais brasileiras, bem como de seus parceiros não-governamentais e do setor empresarial, para a gestão sustentável dos recursos naturais em consonância com as demais políticas ambientais do Brasil. Além dos demais parceiros no âmbito federal, incluindo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, o Serviço Florestal Brasileiro e o Ministério do Desenvolvimento Agrário e os estados do Acre, Amazonas e Pará também protagonizaram a implementação desse PCT.

O presente Catálogo traz as publicações desenvolvidas e apoiadas ao longo de 4 anos de projeto, materializando o legado do PCT Amazônia.

Boa Leitura!



© GIZ



Projeto de Cooperação Técnica Brasil-Alemanha “Desenvolvimento de Capacidades para a Gestão Ambiental na Amazônia”

O documento inicial do Projeto de Cooperação Técnica “Desenvolvimento de Capacidades para a Gestão Ambiental na Amazônia” foi elaborado em 2010 e estabelece o contexto e as intenções da proposta, os arranjos operacionais e os meios de se aferir o progresso da iniciativa.



Gestão de Áreas Protegidas



© GIZ



Aprendizados para Aprimorar a Prática: a experiência da comunidade de ensino e aprendizagem em planejamento de unidades de conservação

A Comunidade de Ensino e Aprendizagem em Planejamento de Unidades de Conservação desenvolveu seus trabalhos de 2010 a 2014. Os resultados constam em publicações sobre os seguintes temas: Organização do Planejamento em Unidades de Conservação; Aplicação do Enfoque Ecossistêmico em Plano de Manejo; Diagnóstico em Planos de Manejo; e Participação Social na Elaboração de Planos de Manejo. A presente publicação compartilha a experiência de criação e implementação de um coletivo de aprendizagem e compõe o conjunto de estudos produzidos pela Comunidade.



© Cyro Soares



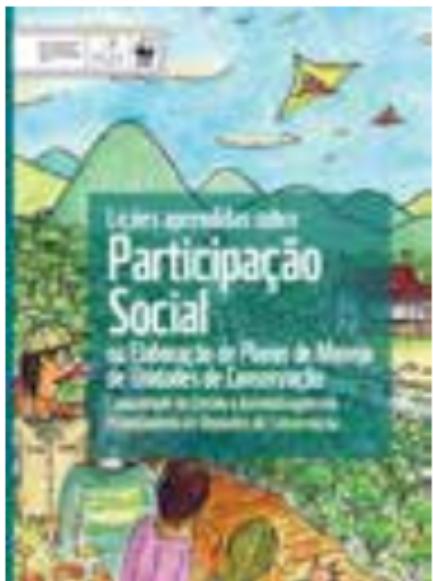
Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais

A publicação é material de apoio na atuação de conselheiros e gestores de Unidades de Conservação. Seu processo de elaboração é resultado de reflexões, debates, experiências e lições aprendidas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) na formação, na capacitação, na implementação e no funcionamento dos Conselhos Gestores de

Unidades de Conservação federais. O Guia está estruturado em quatro partes, a saber: Contexto da Participação Social na Política Ambiental; Formação do Conselho; Funcionamento do Conselho; Avaliação e Modificação na Composição do Conselho.



© Werner Rudhart



Lições Aprendidas sobre Participação Social na Elaboração dos Planos de Manejo

A Comunidade de Ensino e Aprendizagem em Planejamento de Unidades de Conservação desenvolveu seus trabalhos de 2010 a 2014. A presente publicação compartilha as lições aprendidas e compõe o conjunto de estudos produzidos pela Comunidade.

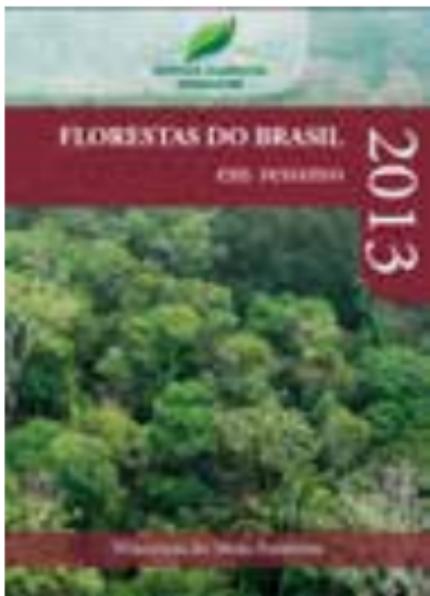


Gestão Florestal





© GIZ



Florestas do Brasil em resumo

O Serviço Florestal Brasileiro tem trabalhado para reunir dados e informações atualizadas sobre as florestas do Brasil. Esse esforço se coaduna com a competência do órgão de criar e manter um Sistema Nacional de Informações Florestais. A terceira edição do Florestas do Brasil em Resumo apresenta dados do período de 2007 a 2012. As informações revelam a dimensão e a importância das florestas brasileiras, contribuindo para ações de proteção e produção sustentável de bens e serviços das florestas.

Disponível em Inglês.



© Ubirajara Machado



Elementos para uma Estratégia de Fomento Florestal - Documento Síntese

Apresenta uma síntese das demandas do setor florestal e sistematiza os elementos básicos necessários para subsidiar a construção da estratégia de fomento florestal para o Brasil.



© Werner Rudhart



Guia de Financiamento Florestal

O crédito ao desenvolvimento florestal é um dos principais desafios do setor no Brasil. O Guia de Financiamento Florestal busca atender à grande demanda de informações que chega ao Serviço Florestal Brasileiro sobre como financiar as atividades florestais, tais como, reflorestamento, sistemas agroflorestais e plantio de florestas industriais. O Guia de 2013 disponibiliza as principais informações sobre 16 linhas de crédito, incluindo áreas financiadas, beneficiários, limites de valores, taxas de juros, prazos de reembolso e carência, garantias estipuladas e agentes financeiros (órgãos ou bancos) que as operam.



© Louisa Lösing



Fortalecimento do Setor Florestal no Brasil: mapeamento da carga tributária incidente sobre os produtos florestais madeireiros e proposição de medidas de desoneração

A política tributária brasileira não estabelece discriminação positiva dos produtos madeireiros oriundos de manejo florestal sustentável em relação às demais formas de exploração. Os produtos provenientes da Amazônia Legal suportam alta carga tributária quando comparados aos de outras regiões, especialmente do

Sul e do Sudeste. Além disso, possuem menor competitividade, devido as enormes distâncias dos principais centros consumidores, a precariedade das vias de transporte e ao custo superior da extração por manejo sustentável. Assim, sistematizar e compreender a carga tributária sobre produtos florestais é fundamental para corrigir excessos e tornar o setor florestal mais competitivo. O estudo dá os primeiros passos nesse sentido ao analisar a carga tributária sobre os produtos madeireiros da região Amazônica.



© Anna Böhm

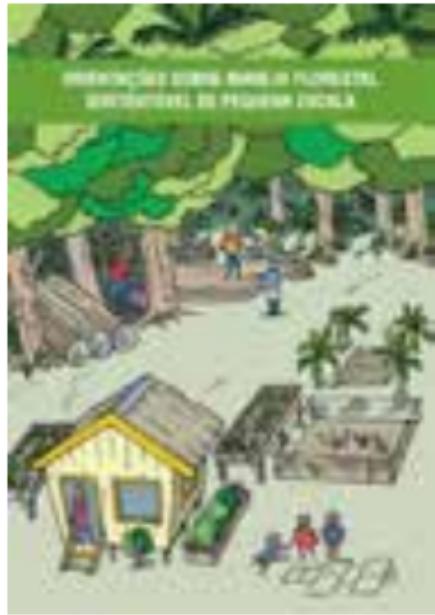


Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar: planejamento 2012-2015

A publicação contém as principais metas planejadas no Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar, período de 2012 a 2015, envolvendo as diversas instituições atuantes no tema, para a promoção do manejo florestal com inclusão produtiva e conservação ambiental.



Foto: Juan Pratginestós



Orientações sobre Manejo Florestal Sustentável de Pequena Escala

A cartilha informa produtores florestais sobre os procedimentos para elaboração e implementação de Planos de Manejo Florestal Sustentável de Pequena Escala no estado do Amazonas.



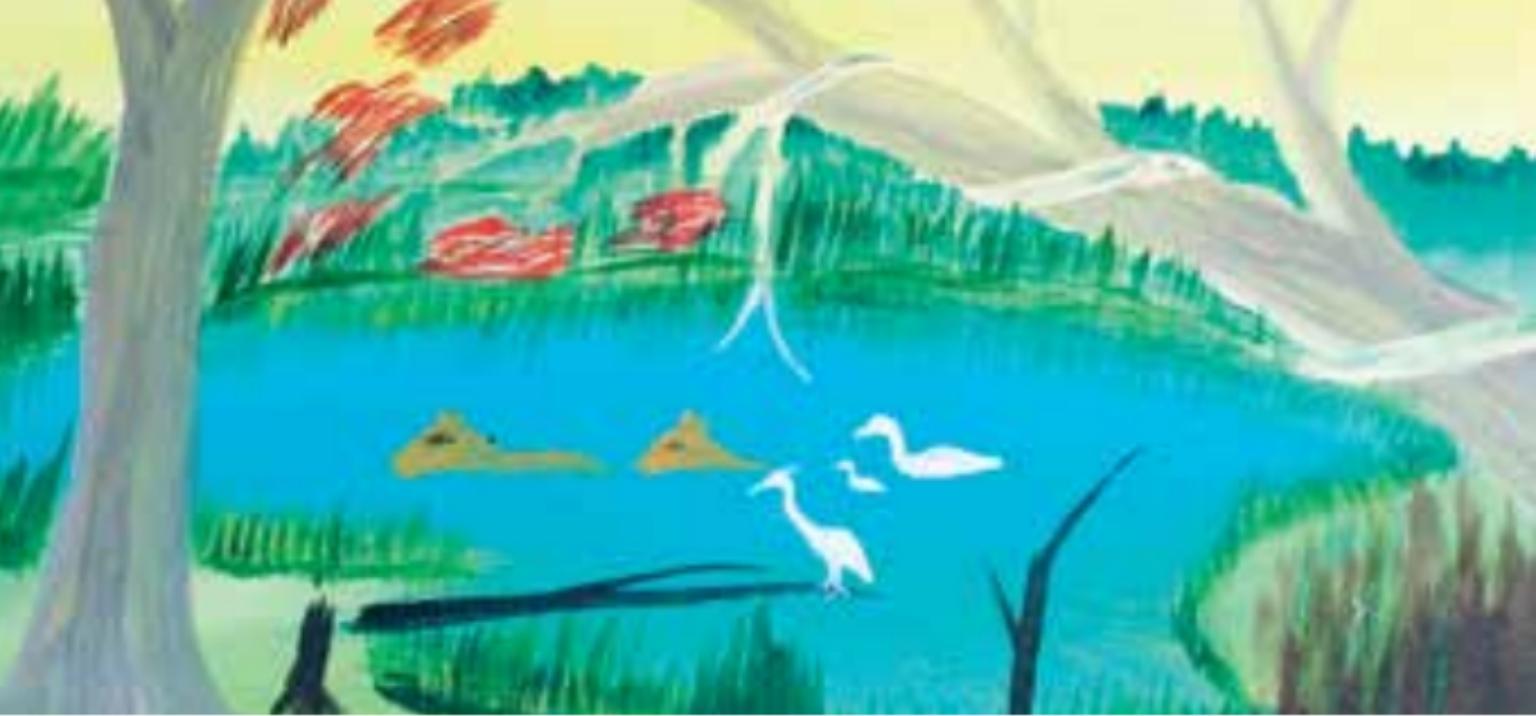
© Juan Pratginestós



Coeficientes Técnicos para o Manejo Florestal Madeireiro Comunitário no Bioma Amazônia

O manejo florestal é reconhecido pela comunidade científica e governos como um método adequado para a utilização dos recursos florestais amazônicos, possibilitando obtenção de renda a partir do uso sustentável das áreas de reserva legal, contribuindo assim para a valorização da floresta em pé. Informações sobre custos de produção por etapa são indispensáveis para o planejamento da atividade. Foi neste contexto que o SFB desenvolveu esta publicação, que

reúne informações sobre a estrutura de custos do MFCF, indispensáveis para um bom planejamento e avaliação das atividades florestais. Além de subsidiar com informações as agências financeiras na oferta de créditos e análise de projetos.



Prevenção e Controle do Desmatamento



© GIZ



Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm)

Lançado em 2004, o PPCDAm reúne ações do governo federal para redução contínua do desmatamento na Amazônia Legal. Periodicamente revisado, esta publicação traz a 3^a fase do Plano (2011-2015), contendo a estratégia de ação do governo para o período e servindo de referência também para ação de estados e municípios.



© Mário Vilela



Avaliação do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm 2007-2010)

O trabalho avalia os resultados do PPCDAm entre os anos de 2007 e 2010, à luz dos objetivos estabelecidos pelo Plano, analisando as experiências positivas, as lições aprendidas, os problemas identificados e os desafios. As recomendações contidas nesse relatório contribuíram para o planejamento da terceira fase do PPCDAm (2012-2015).



© GIZ



Estratégias de Redução do Desmatamento no Brasil: do controle do desmatamento ilegal ao desafio da Produção sustentável nas florestas e savanas do país

A publicação oferece uma visão geral sobre os desafios de controlar o desmatamento na Amazônia e no Cerrado, bem como os resultados das ações do governo brasileiro. Constitui-se, portanto, em uma sistematização de experiências que possibilita compartilhar o conhecimento do Brasil com países que possuem desafios semelhantes.

Disponível em Inglês e Espanhol.



© Vanessa Oliveira



Plano Integrado de Prevenção, Controle e Combate às Queimadas e Incêndios Florestais do Estado do Acre

O Plano, elaborado pela Rede Estadual de Gestão de Riscos Ambientais no estado do Acre, integra ações de instituições federais, estaduais e municipais para o combate, controle e prevenção de queimadas. Ele reúne ações estratégicas, táticas e operacionais para a tomada de decisões rápidas e efetivas que reduzam os danos para o meio ambiente e a população.

An aerial photograph of a steep hillside. The upper two-thirds of the slope are covered in dense green vegetation, likely a primary forest. The lower third of the slope is severely eroded, appearing as a light brown, almost tan, patch where the topsoil has washed away, exposing the underlying rock. This indicates a high degree of environmental degradation and loss of soil integrity.

© GIZ



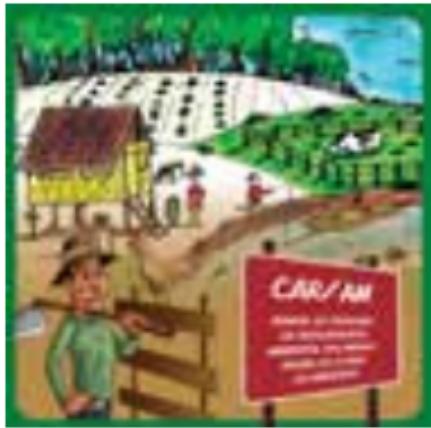
Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento no Amazonas PPCD-AM (2012-2015)

Trata-se da publicação da 2^a fase do PPCD-AM 2012-2015, que foi instituído a partir da Política Estadual de Mudanças Climáticas do Amazonas (PEMC), em 2007, que entre outros previu fomentar a realização de planos de ação por órgãos e entidades da Administração do Estado, que contribuem para a redução do desmatamento e das emissões de GEE, a conservação ambiental, o combate à pobreza e o desenvolvimento sustentável. O principal objetivo da 2^a fase foi fortalecer a governança ambiental no Estado do Amazonas, controlar o desmatamento ilegal e incentivar o uso sustentável dos recursos naturais com

ênfase nas áreas críticas de desmatamento. Tem como principais diretrizes estratégicas a articulação com o Governo Federal e Municipais para execução de ações integradas para o controle do desmatamento e o compartilhamento dos investimentos entre o Governo do Estado e fontes externas de financiamento.



© Juan Pratginestós



CAR/AM - Manual do programa de regularização ambiental dos imóveis rurais do estado do Amazonas

Cartilha sobre a elaboração do marco regulatório inicial para o processo de implementação do Cadastro Ambiental Rural no Estado do Amazonas, antes do novo Código Florestal de 2012.



© Juan Pratginestós



Plano Estadual de Prevenção, Controle e
Alternativas ao Desmatamento do
Estado do Pará

Relatório de Elaboração da 2ª Fase PPCAD-PA
Maior 2015-2017

SEMA



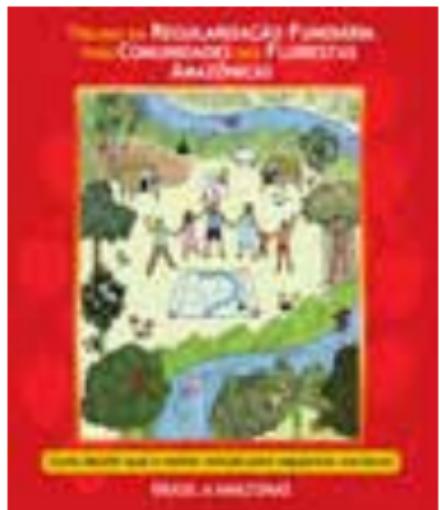
Plano Estadual de
Prevenção, Controle e
Alternativas ao
Desmatamento do
Estado do Pará

Plano Estadual de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento do Estado do Pará: Relatório de Elaboração da 2ª Fase PPCAD/PA Plano (2015-2017)

O relatório apresenta a consolidação das atividades de revisão do Plano de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento do Estado do Pará (PPCAD-PA) instituído pelo Governo do Estado do Pará por meio do Decreto nº 1967 de 5 de junho de 2009, para os anos 2015 a 2017. O PPCAD-PA foi instituído com o objetivo de promover a cooperação entre os diferentes setores da sociedade para o enfrentamento dos problemas relacionados ao desmatamento no Estado, a partir da pactuação de compromissos.



© Ubirajara Machado



Trilhas da Regularização Fundiária para comunidades nas florestas Amazônicas: Brasil e Amazonas

O manual sobre regularização fundiária, com ênfase no estado do Amazonas, ressalta a lógica das etapas básicas a se seguir para a legalização do uso da terra e seus recursos, ajudando a compreender as diferentes categorias jurídicas para o reconhecimento dos direitos dos camponeses e das populações tradicionais. De forma clara e objetiva, explica cada uma delas, facilitando a compreensão por parte da sociedade civil. Desse modo, o manual contribui para a

ampliação da cidadania e para a consolidação do processo democrático, uma vez que possibilita aos movimentos sociais que apresentem suas propostas de regularização fundiária sabendo de antemão quais são os instrumentos jurídicos disponíveis para assegurar o direito à terra e a uma vida mais digna.



Ordenamento Territorial



© Juan Pratginestós



Referências Metodológicas para Avaliação de Riscos à Economia do Meio Rural: desenvolvendo estratégias de adaptação às mudanças climáticas em municípios da Amazônia Brasileira

A publicação incorpora à gestão de riscos relacionados à mudança do clima o componente econômico, relacionado a atividades produtivas comuns em municípios amazônicos. A partir de experiências testadas em campo, apresenta uma metodologia que une ferramentas de planejamento e mapeamento participativos, levantamento de dados sobre eventos extremos que influem nos preços e implicam perdas de produção. Por meio de técnicas estatísticas, a metodologia busca analisar como preço, produção e produtividade se comportam com ou sem a adoção de medidas de adaptação à mudança do clima.

tos extremos que influem nos preços e implicam perdas de produção. Por meio de técnicas estatísticas, a metodologia busca analisar como preço, produção e produtividade se comportam com ou sem a adoção de medidas de adaptação à mudança do clima.



© Florian Kopp



Orientações Metodológicas para o Ordenamento Territorial Local: um roteiro articulado às análises de vulnerabilidade visando a gestão de riscos

A publicação apresenta uma orientação metodológica aos municípios da Amazônia sobre a elaboração do instrumento de Ordenamento Territorial local. A metodologia baseia-se no Zoneamento Ecológico-Econômico e suas diretrizes metodológicas. Foi construído a partir da experiência prévia do estado do Acre e, especialmente, de um piloto realizado no município de Plácido de Castro. Uma importante contribuição é a inclusão da análise de vulnerabilidade e da gestão de riscos ao instrumento. Além de avaliar fragilidades ambientais e potenciais econômicos, busca-se incluir a questão dos riscos ambientais, principalmente os eventos extremos, o que é de grande valia quando se considera a mudança do clima.



© GIZ



Plano de Gestão de Riscos de Desastres Ambientais do Estado do Acre

O Plano contém informações de uma política estratégica para mitigação de impactos decorrentes dos eventos climáticos no estado do Acre. Apresenta ações na prevenção, no controle e na mitigação dos impactos decorrentes de queimadas, secas, desmatamentos, enchentes, acidentes com produtos químicos perigosos e outros eventos de risco ao meio ambiente decorrentes das atividades antrópicas e dos efeitos da mudança do clima.



Desenvolvimento da Economia Local e Regional



© Florian Kopp



ICMS Verde: uma nova estratégia de valorizar a natureza

O manual reúne, de forma clara e objetiva, informações sobre a experiência de criação do ICMS Verde no estado do Acre. Retrata o histórico de criação, a legislação aplicável, as orientações para o acesso aos recursos pelos municípios e contém informações para gestores e cidadãos sobre possibilidades de aplicação desses recursos. A publicação contribui

para o aprimoramento desse instrumento de gestão ambiental nos municípios do estado do Acre.



© Ubirajara Machado



Bolsa Verde: um benefício para apoiar e valorizar as famílias que vivem dos recursos naturais e conservam as riquezas do Brasil

A cartilha “Bolsa Verde: um benefício para apoiar e valorizar as famílias que vivem dos recursos naturais e conservam as riquezas do Brasil” contém, em linguagem simples e direta, informações para os gestores locais responsáveis pela operação do Programa.



© Juan Pratginestós

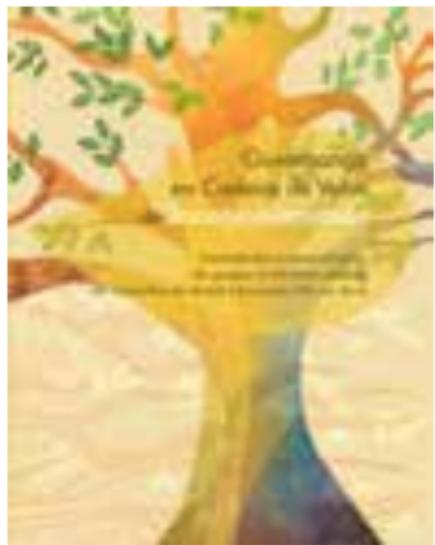


Bolsa Verde: “O dia em que a mata sumiu”

“O dia em que a mata sumiu” é um cordel criado para contar o que é o Bolsa Verde e como obter o benefício.



© Louisa Lösing



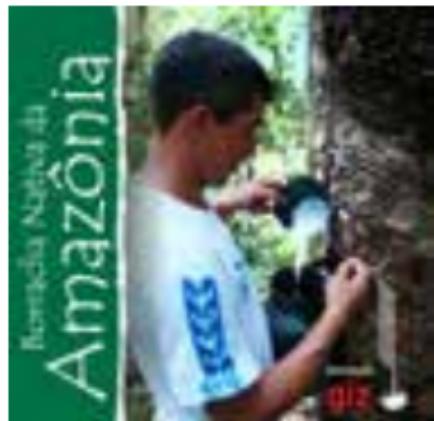
Governança em Cadeias de Valor da Sociobiodiversidade: experiências e aprendizados de grupos multi-institucionais da castanha-do-Brasil e borracha do Acre

A publicação resulta da aprendizagem de organizações de cooperação técnica internacionais que apoiaram processos de governança de cadeias de valor da castanha e da borracha no contexto da sociobiodiversidade no Acre. Retrata os desafios de conduzir processos de articulação multi-institucionais em busca de interesses comuns. O documento

orienta as ações de planejamento, avaliação e monitoramento de projetos e pode ser um excelente manual para pessoas que trabalham com desenvolvimento de cadeia de valor em diferentes contextos no Brasil.



© Werner Rudhart

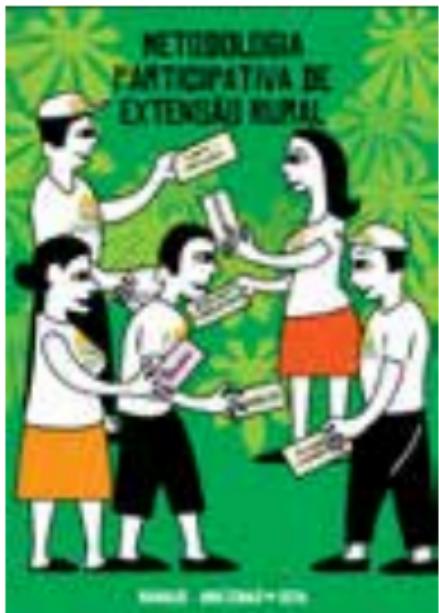


Borracha Nativa da Amazônia

Esta publicação apresenta a borracha (Folha Defumada Líquida – FDL), produto do extrativismo com alto potencial de geração de renda para populações extrativistas na Amazônia Brasileira, e a parceria público-privada estabelecida, no âmbito do PCT Amazônia, entre a GIZ, uma empresa calçadista francesa, parceiros públicos, organizações não-governamentais e a associação de seringueiros da Reserva Extrativista Chico Mendes, localizada no estado do Acre (Amazônia Ocidental).



© GIZ

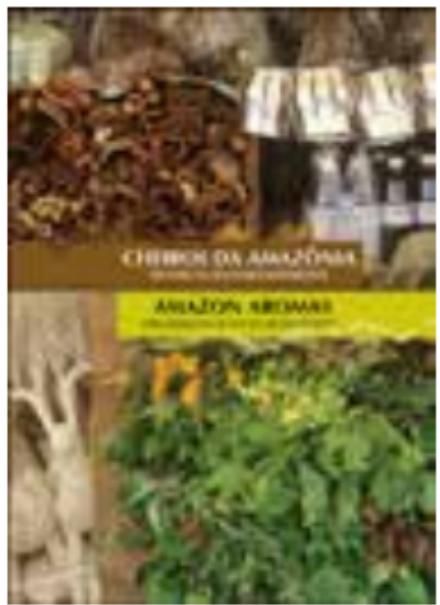


Metodologia Participativa de Extensão Rural

Esta cartilha visa orientar os extensionistas do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (IDAM) na utilização de métodos, técnicas e ferramentas apropriados para a agricultura familiar, no contexto da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). A metodologia utilizada reconhece o educando como participante do processo de construção do conhecimento, promovendo o diálogo entre os saberes informal e formal.



© Werner Rudhart

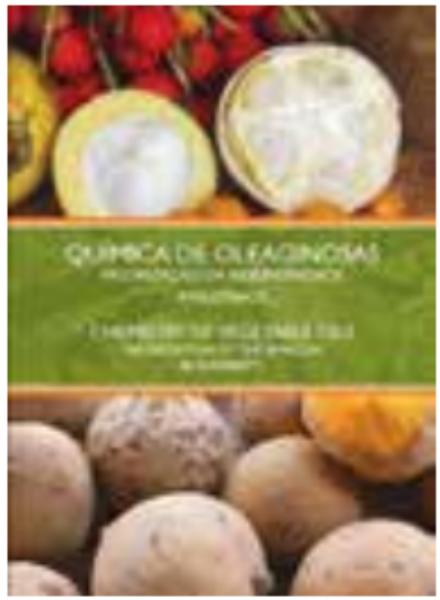


Cheiros da Amazônia: aromas da sociobiodiversidade

A cartilha apresenta espécimes de valor olfativo e atenta as indústrias de fragrâncias ao fato de existir no Brasil condições de produzir, em escala satisfatória, óleos essenciais desses espécimes. As pesquisas do Museu Paraense Emílio Goeldi e da Universidade Federal do Pará geraram uma grande quantidade de conhecimento, que pode atrair o interesse da indústria de aromas. Associado ao conhecimento tradicional dos povos da Amazônia, esse interesse pode gerar preservação, emprego e renda.



© Werner Rudhart



Químicas de Oleaginosas: Valorização da Biodiversidade Amazônica / Vol.2

Esta publicação é uma iniciativa para valorizar e disseminar a importância dos produtos da sociobiodiversidade. Ela analisa cientificamente as peculiaridades das resinas e dos óleos amazônicos e, ao mesmo tempo, visa a facilitar o entendimento, com ilustrações bem elaboradas. Descreve alguns dos usos populares e a ecologia das espécies de forma sistematizada. Detalha a composição físico-química e a graxa das espécies, contribuindo com os empreendedores ligados ao setor de cosméticos, higiene e limpeza, alimentos, medicamentos, que fazem uso adequado da biodiversidade. O livreto poderá inspirar o trabalho de extensionistas que lidam no seu dia-a-dia com os produtos da socio-biodiversidade, mas que carecem de informações para aprimorar o seu trabalho. Baseia-se no Volume 1, que foi publicado durante a fase anterior da Cooperação Brasil-Alemanha (2007- 2011).



© Werner Rudhart



A experiência promissora do Projeto Jaborandi: parceria que promove manejo, conservação e fortalecimento da atividade extrativista na flora de carajás

Esta publicação é o resultado de uma parceria entre a GIZ, instituições do Governo Brasileiro (ICMBio e Embrapa), o empreendimento solidário Cooperativa Yaboraan'di e as empresas Vale e Vegeflora. Os resultados gerais do “Projeto Jaborandi” demonstram como é possível criar projetos economicamente, ecologicamente e socialmente sustentáveis. Ademais, revelam a importância de parcerias entre o setor empresarial, organizações não-governamentais e instituições governamentais, uma vez que muitas cadeias produtivas envolvem esses três atores e o funcionamento coordenado e integrado entre eles acaba fortalecendo e beneficiando a todos.



© Werner Rudhart



Projeto de Valorização do Jaborandi (Vídeo Institucional)

O vídeo mostra a trajetória do Projeto Jaborandi desde sua indicação entre as 10 melhores experiências de gestão ambiental, selecionadas em concurso do MMA, passando pela realidade dos colhedores de jaborandi do Estado do Piauí, até o dia-a-dia dos colhedores da Floresta Nacional dos Carajás, no Estado do Pará. No vídeo, são destacados os ganhos dos colhedores, a partir da parceria com o setor empresarial, destacando os processos de organização em cooperativas e das rodadas de negociação para definição de preço justo.



© Juan Pratginestós



Tradicional Mundo Moderno: exposição itinerante da sociobiodiversidade

A Exposição Itinerante “Tradicional Mundo Moderno: sociobiodiversidade e mercados sustentáveis” foi elaborada em 2011 e 2012, em comemoração ao Ano Internacional das Florestas e para a Rio +20. O

objetivo da exposição é dar visibilidade para os produtos da sociobiodiversidade, seus meios de produção e modo de vida de povos e comunidades tradicionais, além de servir como um instrumento de promoção da conservação ambiental e do uso sustentável dos recursos naturais.

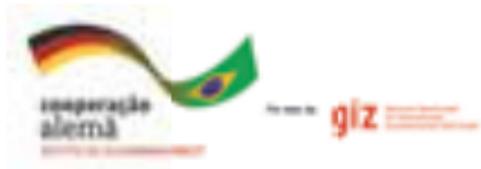


© Werner Rudhart



Caderno de Notas Sustentáveis: anotações sobre as pessoas, a floresta e o planeta

O Caderno de Notas Sustentáveis apresenta reflexões sobre preservação do meio ambiente e aponta soluções e caminhos para um desenvolvimento que respeita a natureza. Contém, ainda, síntese de políticas, programas e ações voltadas a agricultores familiares e povos tradicionais, visando à promoção do desenvolvimento sustentável do Brasil.



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

Ministério do
Meio Ambiente

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

